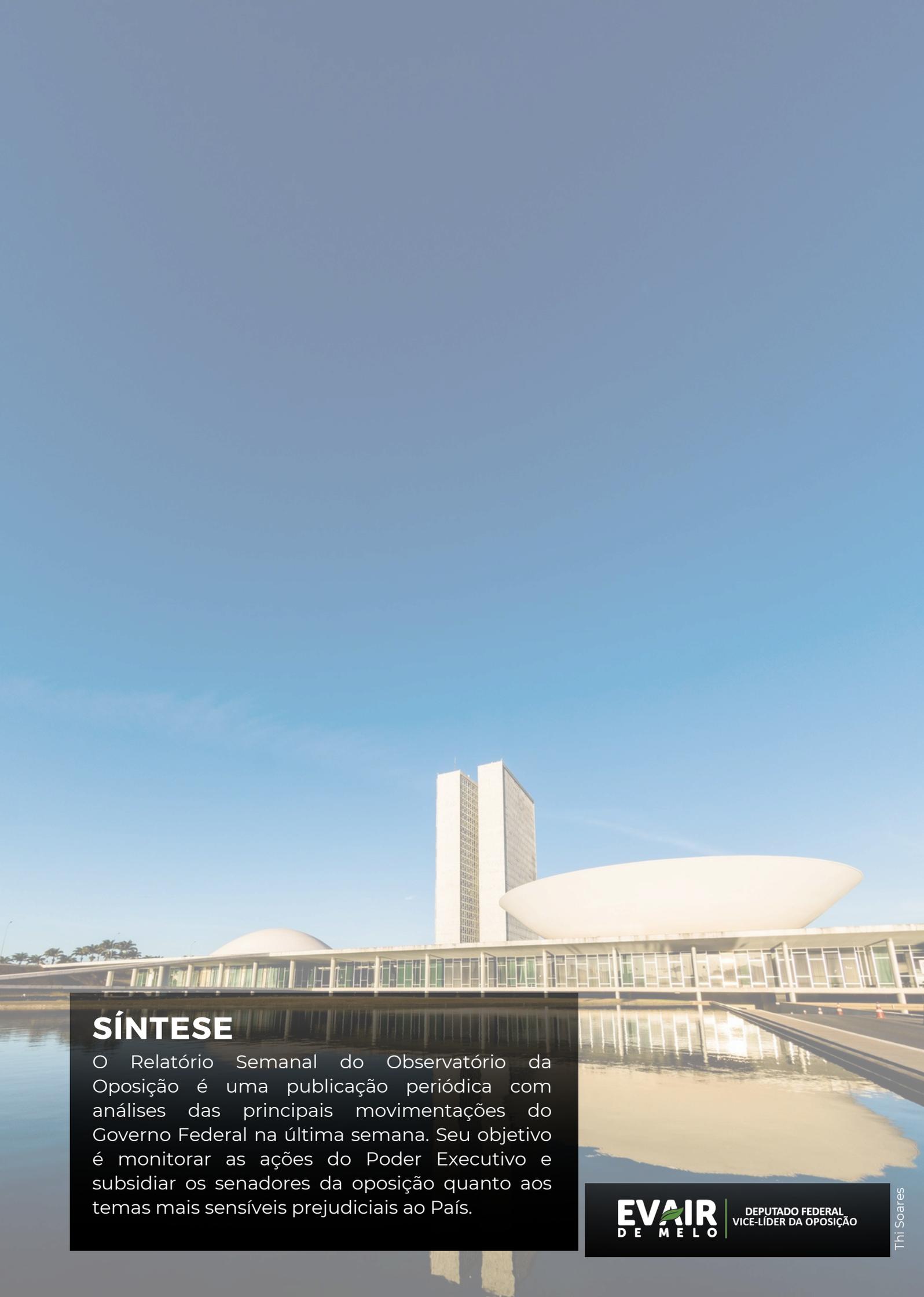


Observatório da Oposição

23 DE SETEMBRO • RELATÓRIO SEMANAL Nº 66



**Empreiteiras denunciadas pela
Lava Jato disputam contratos
na Abreu e Lima, com risco de
novos estouros de orçamento**



SÍNTESE

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações do Governo Federal na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações do Poder Executivo e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.

EVAIR
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

PRIORIDADES DA SEMANA

1

TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

Página

Empreiteiras denunciadas pela Lava Jato disputam contratos na RNEST, com risco de novos estouros de orçamento

01

Mais concessões de Lula às empreiteiras envolvidas em escândalos de corrupção

05

2

ECONOMIA

Por arrecadação, Receita pressiona Anvisa para liberar Cigarros Eletrônicos

08

3

POLÍTICA

Servidores do IBGE questionam gestão ideológica e autoritária do Presidente do órgão

10

4

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Itamaraty Solicita R\$ 200 Milhões para Evitar Crise Diplomática e Cobrir Custos das Viagens Presidenciais

12

5

SAÚDE

A ineficiência e incapacidade do governo Lula em garantir estoques de vacinas na rede pública de saúde

15

6

AGRO

Governo Lula Favorece Expansão de Terras Para Militantes Enquanto Assentados Permanecem Abandonados

19

7

MEIO AMBIENTE

AGU Propõe Reparação Quase Bilionária a Desmatadores no Pará, Mas Custo Social dos Danos Climáticos Continua Nebuloso e Sem Amparo Jurídico

26



TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

Empreiteiras denunciadas pela Lava Jato disputam contratos na RNEST, com risco de novos estouros de orçamento

Andrade Gutierrez e Construcap, investigadas por corrupção na Petrobras, negociam R\$ 4,3 bilhões em contratos para a nova fase da RNEST, representando 50% do orçamento previsto.

Síntese

- Andrade Gutierrez e Construcap, denunciadas na Lava Jato, negociam contratos para dois dos sete lotes da nova fase de investimentos na Refinaria Abreu e Lima (RNEST).
- Os lances para esses dois lotes somam R\$ 4,3 bilhões, o que representa 28% dos lotes licitados e 50% do orçamento total previsto, indicando risco de estouro de orçamento e problemas operacionais semelhantes aos enfrentados na primeira fase da RNEST.



Empreiteiras denunciadas por corrupção na Petrobras participam de licitação para obras de Abreu e Lima (RNEST).

- Duas das empresas denunciadas pela operação Lava Jato, a Andrade Gutierrez e a Construcap, estão em negociação avançada de dois lotes licitados para obras na [Refinaria Abreu e Lima \(RNEST\), em Pernambuco](#). A primeira fase da refinaria RNEST, símbolo da corrupção exposta pela Lava Jato, teve seus investimentos ampliados de US\$ 2,3 bilhões para US\$ 18 bilhões.
- Segundo o [site Petroconnect](#), que reúne informações sobre licitações da Petrobras, a [Consag, do grupo Andrade Gutierrez](#), negocia o lote A por cerca de R\$ 3,2 bilhões. Já a Construcap está em negociação pelo lote E, com contrato de R\$ 1,1 bilhões. A tabela a seguir mostra a situação atual da licitação.

Tabela. Lotes ainda em negociação - RNEST:

Lote	Vencedor	Preços (R\$)
Lote A	Consag	R\$ 3.237.519.283,84
Lote B	Todos os lances foram desclassificados.	-
Lote C	Todos os lances foram desclassificados.	-
Lote D	Todos os lances foram desclassificados.	-
Lote E	Construcap	R\$ 1.124.038.168,00
Lote F	Todos os lances foram desclassificados.	-
Lote G	Todos os lances foram desclassificados.	-
Total		R\$ 4.361.557.451,84

Fonte: Petronect - Oportunidade de nº [7004139746](#), última atualização em 10/09/2024.

- Os lotes B, C, F e G tiveram todos os lances desclassificados por estarem muito acima do valor estimado pela Petrobras. Por sua vez, o lote D não recebeu nenhuma proposta das empresas participantes.

- Ainda assim, considerando apenas os valores em negociação dos lotes A e E, podemos verificar que o custo total do investimento deve ultrapassar o investimento previsto de US\$ 1,7 bilhões na RNEST (aproximadamente, R\$ 9 bilhões), conforme divulgado pela Petrobras em [Comunicado ao Mercado \(Petrobras sobre notícias veiculadas na mídia - 14/09/2023\)](#) e no [Plano Estratégico 2023-2027](#).
- Os lotes A e E, somando aproximadamente R\$ 4,3 bilhões, correspondem a 50% do valor total estimado pela Petrobras para as novas obras na RNEST. Contudo, em virtude da desclassificação das propostas nos demais lotes, apenas 28% dos lotes serão contratados, o que poderá culminar em uma refinaria incompleta, com atrasos significativos e custos superiores ao orçamento previsto.
- Notamos similaridades com o escândalo anterior da RNEST, que teve várias revisões nos investimentos necessários para sua conclusão, e alertamos que a nova fase do empreendimento parece seguir o mesmo caminho, conforme detalhado no relatório "[Gestão RNEST: Uma História que Precisa Ser Contada para Não Ser Repetida](#)" do Tribunal de Contas da União.
- Nesse contexto, restam dúvidas a serem esclarecidas pela Petrobras. Caso todos os lotes não sejam contratados, como a Petrobras planeja lidar com uma possível paralisação ou redução na capacidade operacional da refinaria? Seria mais prudente reconsiderar a continuidade do projeto ou até mesmo cancelar as obras?
- Diante do risco substancial de superação do orçamento inicial, especialmente considerando que a viabilidade econômica já havia sido questionada anteriormente, seria apropriado seguir com o empreendimento sem uma revisão detalhada das projeções financeiras e dos benefícios esperados?

Sobre a Andrade Gutierrez e a Construcap

- A [Andrade Gutierrez foi acusada na Lava Jato](#) por corrupção, formação de cartel, fraude em licitações e lavagem de dinheiro. A construtora manipulou licitações da Petrobras, especialmente no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) e na Refinaria de Paulínia (Replan), pagando propinas a diretores da estatal e partidos políticos,

usando empresas de fachada para ocultar as transações ilícitas. A companhia reconheceu seu envolvimento em esquemas de corrupção no [acordo de leniência firmado com a AGU e CGU](#), além de ter explicitado sua responsabilidade em [manifesto público](#).

- Os [irmãos Eduardo e Roberto Capobianco, proprietários da Construcap](#), foram presos na Operação Abismo da Lava Jato, investigados por pagar R\$ 39 milhões em propinas nas obras do Centro de Pesquisas da Petrobras (Cenpes). A Construcap transferiu pelo menos R\$ 2 milhões para a Legend Engenheiros Associados, ligada ao lobista Adir Assad, e delatores indicaram Roberto como participante de reuniões para direcionar obras da Petrobras. Eduardo foi apontado como contato principal para pagamentos de propina e ambos são acusados de fraudes em licitações e lavagem de ativos.



Mais concessões de Lula às empreiteiras envolvidas em escândalos de corrupção

Alteração nos índices de correção das multas conferirá abatimento adicional de R\$ 2,6 bilhões a empreiteiras denunciadas por corrupção.

Síntese

- Calculamos que as dívidas das empreiteiras com os acordos de leniência somam aproximadamente R\$ 13 bilhões, atualizadas pela taxa Selic.
- Essa semana o governo Lula propôs novas reduções nas multas das empreiteiras ao propor a troca da Selic pelo IPCA para correção das dívidas.
- Na prática, isso implicará em abatimento adicional de R\$ 2,6 bilhões, elevando o desconto total para até R\$ 7,85 bilhões, ao considerarmos que já foi negociado um abatimento de 50% no valor das dívidas.



Revisão dos índices para correção de multas

- De acordo com informações da [reportagem de "O Bastidor"](#), as empreiteiras receberam o compromisso do Governo Lula de que as multas impostas às construtoras serão ainda mais reduzidas com a mudança no índice de correção das dívidas.
- As empreiteiras pleiteiam a troca da Selic pelo IPCA na correção das multas, o que reduziria suas dívidas, e, embora dependa de mudança legal, receberam sinais do governo de que a alteração ocorrerá futuramente.
- As negociações dos acordos de leniência já duram oito meses e o prazo final dado pelo ministro André Mendonça se encerra em 22 de setembro, sem previsão de novo adiamento. Ainda há divergências, como as garantias de dívida, com as empreiteiras alegando falta de ativos e buscando mais flexibilidade da CGU e AGU.
- Além disso, as empresas pedem que, após a repactuação, todos os processos administrativos e judiciais relacionados sejam encerrados, tendo em vista que muitas delas ainda enfrentam pendências com o Cade, TCU e ações de improbidade.
- As atuais renegociações envolvem grandes construtoras como Novonor (ex-Odebrecht), Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Nova Participações (ex-Engevix), Metha/Coesa (ex-OAS) e UTC, com dívidas que ultrapassam 13 bilhões de reais, em valores atualizados. A Tabela 1 resume a situação atual das empreiteiras.

Tabela 1. Situação atual das empreiteiras:

Empreiteira	Dívida Total (R\$)	Valor Quitado (R\$)	Valor Quitado (%)
Novonor (ex- Odebrecht)	2,7 bilhões	171 milhões	6,33%
Andrade Gutierrez	1,4 bilhões	446 milhões	31,86%
Camargo Corrêa	1,3 bilhões	496 milhões	38,15%
Nova Participações (antiga Engevix)	516 milhões	6 milhões	1,16%
Metha/Coesa (antiga OAS)	1,9 bilhões	4 milhões	0,21%
UTC	574 milhões	39 milhões	6,79%
Total	8,4 bilhões	1,2 bilhões	15,24%

- O [abatimento de 50% nas multas oferecido pelo governo](#) resulta em uma concessão estimada em R\$ 6,5 bilhões. Com a revisão do índice de atualização da dívida, o desconto total pode chegar a R\$ 7,85 bilhões. A tabela 2 resume os cálculos dessas estimativas.

Tabela 2. Estimativa de benefícios oferecidos pelo governo (em bilhões de reais):

Índice	Saldo atualizado	Desconto de 50%	Mudança do índice de atualização	Benefício concedido total
Atualização Selic	13,1	6,55	-	6,55
Atualização IPCA	10,5	5,25	2,6	7,85

- Permanece a dúvida de como o governo compensará a perda desses recursos em um cenário de restrição fiscal.



2 ECONOMIA

Por arrecadação, Receita pressionada Anvisa para liberar Cigarros Eletrônicos

Secretário da Receita atropela discussões sobre o cigarro eletrônico no Senado por atalho arrecadatório

- Em abril deste ano, a Anvisa editou a [Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 855/24](#). A norma manteve o entendimento de que a comercialização de cigarros eletrônicos é proibida no país. A Fundação Fiocruz foi uma das instituições que apoiaram a decisão.
- Mesmo assim, surgiram informações de que o Secretário da Receita, Robinson Barreirinhas, pressionou o diretor da Anvisa a liberar a comercialização de cigarros eletrônicos.



- Mesmo que o Ministério da Fazenda tenha participado das discussões sobre os cigarros eletrônicos, o Secretário da Receita afirmou que a Anvisa deveria considerar os dados da aduana, apesar de a Anvisa ser um órgão guiado primariamente em questões de saúde.
- Um dos argumentos dados pelo Secretário é de que a repressão à comercialização não era efetiva e que, por isso, deveria-se liberar os cigarros eletrônicos no país.
- No entanto, a Polícia Rodoviária Federal (PRF), umas das responsáveis pelo combate ao contrabando, [emitiu parecer](#) afirmando que a liberação da comercialização não diminuiria, necessariamente, o contrabando - assim como acontece com o cigarro tradicional. Esse tipo de argumento, portanto, é um dos indícios de que as informações da aduana podem distorcer as decisões técnicas da Anvisa.
- Poucos dias antes dessa reunião, [sabe-se que o Secretário teve encontros com representantes do setor](#). Atuando como porta-voz desse grupo, o Secretário da Receita quer liberar os cigarros eletrônicos de olho na possível arrecadação de R\$ 3,4 bilhões que a medida poderia alcançar.
- Esse é mais um dos números “difíceis de acreditar” que vem circulando na equipe econômica. Estimativas mais realistas apontam que [a arrecadação efetiva seria próxima de R\\$ 700 milhões](#). No entanto, esse valor não considera o quanto será gasto no futuro para combater os prejuízos da liberação.
- Notamos, também, que o Secretário age de forma a deslegitimar o Congresso Nacional. Atualmente, tramita o PL 5.008/23, que visa justamente regulamentar a comercialização dos cigarros eletrônicos. Mesmo assim, o Secretário quer atropelar a discussão no Congresso e tentar pegar um atalho arrecadatório via Anvisa. Isso se soma a outras tentativas do governo de tirar o Congresso de discussões centrais da sociedade.



3 POLÍTICA

Servidores do IBGE questionam gestão ideológica e autoritária do Presidente do órgão

Márcio Pochmann reedita sua gestão temerária no Ipea no mais importante órgão de estatística do país.

- O atual presidente do IBGE, Marcio Pochmann, é conhecido por suas “ideias heterodoxas”, como a crítica ao sistema de transferências instantâneas Pix. Uma de suas críticas é que o sistema seria uma etapa da via “neocolonial e neoliberal” e que reforçaria o país como “protetorado dos EUA”.
- Pochmann tem passagens pela presidência da Fundação Perseu Abramo e do Instituto Lula, ambos vinculados ao PT, além de ter sido presidente do Ipea. É conhecido, portanto, [por ser da ala petista mais radical](#).



- Sua gestão no Ipea foi criticada internamente por aparelhar o órgão e administrá-lo [de forma radicalmente ideológica](#).
- Em seu período como presidente do Ipea, [foi acusado](#) de interferir diretamente na abordagem das pesquisas e estudos, direcionando-os para temas alinhados com sua atuação acadêmica e ideológica, como a defesa de uma economia com maior intervenção do Estado, questões sobre desigualdade social e aumento de gastos públicos.
- Pesa contra Pochmann também o concurso do IPEA 2008, organizado em sua gestão. Na ocasião, Técnicos do Ipea realizaram abaixo assinado criticando o baixo nível das questões teóricas, o reduzido número de perguntas sobre métodos quantitativos e a evidência de viés ideológico na formulação da prova, com prevalência dos pontos de vista sustentados por Pochmann.
- Recentemente, críticas similares surgiram no IBGE, órgão que Pochmann preside atualmente. Texto recente pede a exoneração do presidente devido a sua gestão autoritária e sem transparência.
- [Pesa contra o presidente o volume excessivo de viagens](#). Os “passeios” de Pochmann vem custando ao órgão, que tem problemas até mesmo para pagar os alugueis da instituição.
- Além de carta apócrifa que questionou as atitudes do presidente, a associação de servidores do IBGE (Assibge) se somou às críticas ao apontar uma reformulação radical do estatuto do órgão sem participação dos servidores.
- Tão grave quanto isso, está a crítica da Diretoria de Geociências do IBGE, que afirma que o processo de decisão estabelecido pelo presidente é de baixa qualidade técnica e ignora o conhecimento acumulado dos técnicos do órgão.
- Por essas razões, teme-se que o comportamento autoritário de Pochmann prejudique a efetividade da atuação do IBGE, que é responsável por nortear as mais diversas políticas públicas do país.



4 RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Itamaraty solicita R\$ 200 milhões para evitar crise Diplomática e cobrir custos das viagens presidenciais

O Itamaraty solicitou ao governo federal um montante de R\$ 200 milhões para evitar o despejo de embaixadas brasileiras no exterior e cobrir outras despesas, como a hospedagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em Nova York, durante a Assembleia Geral da ONU.

- A secretária-geral do Itamaraty, embaixadora Maria Laura da Rocha, alertou o Ministério do Planejamento sobre o risco de inadimplência no pagamento de aluguéis de embaixadas e consulados, o que pode resultar em despejos e cobranças de juros e multas. Ela também destacou que mais de 1.400 servidores do Itamaraty não receberam o reembolso do auxílio-moradia em agosto. Diplomatas lotados em postos estrangeiros passaram a relatar constrangimentos por conta de atrasos nos pagamentos de auxílios-moradia, alguns ameaçaram entrar com ações na Justiça, caso a demora aconteça novamente.



- O problema decorre dos cortes no orçamento, somados à previsão de gastos feita em 2023 tendo como referência cambial o dólar a R\$ 5,00. O documento, assinado no final de agosto, faz referência ao decreto que determina o cronograma de desembolso mensal dos ministérios. Nele, a embaixadora informa que o Itamaraty dispõe de aproximadamente R\$ 112,4 milhões para o período de agosto a setembro, enquanto as despesas previstas para o bimestre alcançam R\$ 400 milhões.
- A seguir, a embaixadora detalha os compromissos que a pasta precisará honrar nas próximas semanas:

R\$ 33,9 milhões para o reembolso do auxílio-moradia referente a agosto;

R\$ 35,1 milhões precisam ser liberados para os aluguéis oficiais que vencem a partir de 1º de outubro.

R\$ 3,1 milhões para as "despesas mínimas de manutenção", que incluem segurança, limpeza, comunicações, energia, água, gás, combustível e leasing de veículos.

- Além das despesas citadas, o pedido também contempla a liberação de R\$ 8,5 milhões para que o Itamaraty possa arcar com os custos de hospedagem e de aluguel de veículos da comitiva do presidente Lula em Nova York, para participar da 79ª sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas, além disso, Lula tem, ao menos, mais quatro viagens internacionais previstas para 2024 e quem pagará boa parte das agendas será o Ministério das Relações Exteriores. Entre elas estão o encontro da cúpula dos Brics, que acontece em outubro, na Rússia, e a 29ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, em novembro, no Azerbaijão.



- A secretária-geral alerta que, caso a solicitação não seja atendida, "a União poderá se tornar inadimplente em relação aos aluguéis das embaixadas e consulados", o que poderá resultar em multas, juros e até mesmo ações de despejo.
- O Itamaraty disse que não comenta o tema. Já o Planejamento afirmou que "a Secretaria de Orçamento Federal se manifesta somente acerca de créditos orçamentários cuja proposta já esteja formalizada e seus efeitos tornados públicos".

Cortes nos repasses de verba

- O Itamaraty surpreendeu os diplomatas ao emitir, em 28 de agosto, uma circular que comunica cortes nos repasses de verba para embaixadas e consulados-gerais. O documento não detalha o percentual de redução, mas ordena o adiamento de despesas recorrentes e a revisão de contratos com fornecedores. Arthur Nogueira, presidente da Associação de Diplomatas Brasileiros (ADB), destacou as dificuldades, afirmando que "se quebrar o carro da embaixada, não haverá dinheiro para consertar".
- Funcionários do Ministério das Relações Exteriores, especialmente aqueles no exterior, reclamam do atraso no pagamento do auxílio-moradia, essencial devido ao alto custo de vida em alguns países. A ADB orientou os afetados a fornecerem comprovantes de aluguel para buscar uma liminar que garanta a continuidade do pagamento do benefício, reconhecendo-o como verba indenizatória.
- O Itamaraty, em resposta, informou que começará a pagar o auxílio-moradia, mas sem detalhes específicos. A preocupação é maior em locais onde os diplomatas precisam pagar aluguéis antecipados, como na Zâmbia, onde diplomatas têm contratos anuais que vencem em breve. Além disso, diplomatas em diferentes países relataram dificuldades, como o possível atraso no pagamento de contratos de segurança e a necessidade de economizar, como reduzir o expediente para minimizar o uso de ar-condicionado.

5 SAÚDE

A ineficiência e incapacidade do governo Lula em garantir estoques de vacinas na rede pública de saúde

O Ministério da Saúde protagoniza episódios de compras mal conduzidas, desperdícios de vacinas e falta de estoque.

- O ministério da saúde realizou uma compra de R\$ 330 milhões em doses desatualizadas da vacina Coronavac, reteve o estoque e gerou um prejuízo de ao menos R\$ 260 milhões aos cofres públicos. Esse é o resultado de uma compra mal sucedida realizada em setembro de 2023 de 10 milhões de doses, na qual foi concedido ao Instituto Butantan a benesse de não precisar substituir os lotes com validade inferior ao prazo definido no contrato.

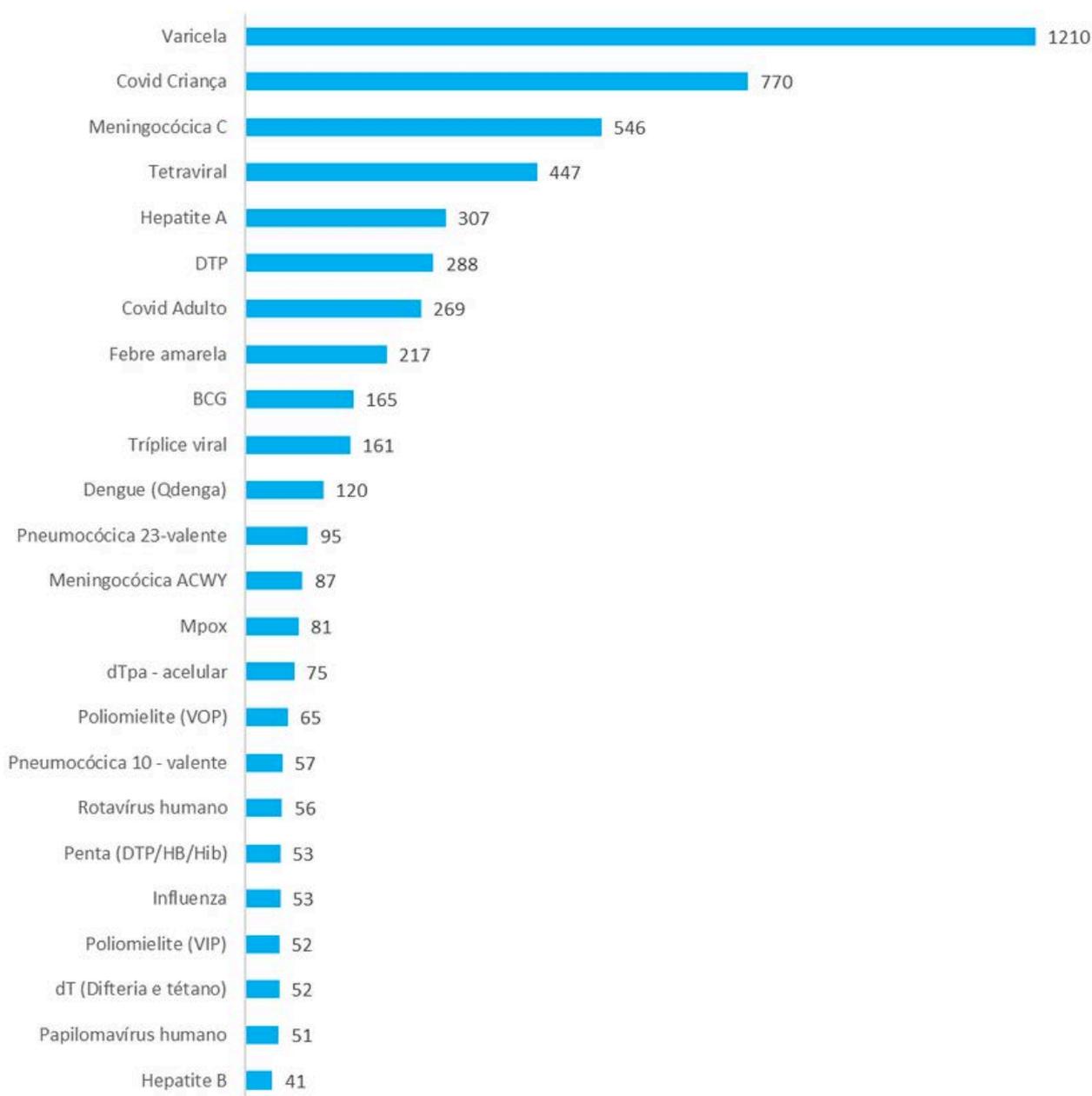


- Segundo dados divulgados pela reportagem da Folha de São Paulo, obtidos via LAI, apenas cerca de 20% do imunizante chegou a ser distribuído, sendo que por volta de [8 milhões de doses seguem nos estoques do Ministério da Saúde, vencidas ou com vencimento próximo](#). Isso sem levar em consideração perdas que venham a ocorrer já nos estoques dos estados e municípios.
- Para além da incapacidade técnica e logística demonstrada pelo órgão, outro ponto de atenção na questionável compra é o próprio objeto do contrato, uma vez que o imunizante adquirido para o público infantil era sabidamente desatualizado.
- Já no mês seguinte à formalização do contrato, segundo o infectologista e pesquisador da Fiocruz, Julio Croda, não seria adequada a administração da vacina adquirida desenvolvida com base na cepa original não estaria atualizado para a variante ômicron.
- Em uma tentativa de dar vazão ao imunizante, o ministério chegou a orientar em dezembro do ano passado que as doses deveriam ser utilizadas apenas na falta ou contra indicação de outros imunizantes em crianças de 3 a 4 anos, ou em crianças não vacinadas na idade recomendada.
- Esse ano o governo chegou a anunciar a entrega de 70 milhões de imunizantes contra a covid, no entanto, só conseguiu fechar uma compra emergencial de 12,5 milhões de doses da vacina moderna no final de maio deste ano. A quantidade não chega a 20% do público considerado prioritário, estimado em mais de 65 milhões de pessoas.
- Porém, a incapacidade do governo em manter estoques estáveis não está restrita a vacinas contra a covid-19.
- Segundo levantamento, realizado entre os dias 2 e 11 de setembro pela [Confederação Nacional dos Municípios – CNM](#), cerca de 64,7% dos 2.415 municípios pesquisados relataram falta de vacinas na rede pública de saúde. Situação que levou a CNM a oficiar o ministério solicitando providências para [“imediato restabelecimento da normalidade no abastecimento das vacinas em todo o país”](#).

“É importante lembrar que a vacinação foi um dos eixos do desfile de 7 de setembro deste ano. Apesar disso, o que verificamos, infelizmente, foi a falta de imunizantes essenciais há mais de 30 dias na maioria das cidades pesquisadas e ainda o risco de retorno de doenças graves, como a paralisia infantil”, [destacou o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski](#).

- Em média, a falta de vacinas chega a mais de 30 dias na rede, havendo casos de estoque zerado a mais de 90 dias. Em 1.210 dos municípios pesquisados, o imunizante varicela, utilizado para reforço nas crianças de 4 anos contra a catapora, é o de maior falta. A vacina meningocócica C estava em falta em 546 municípios, com média de 90 dias sem o imunizante.

Figura 1. Número de Municípios com falta de vacinas, por tipo de imunizante, no Brasil, em setembro de 2024.



Fonte: Estudo técnico – Falta vacinas para proteger as crianças brasileiras, da CNM – Confederação Nacional de Municípios. Disponível em <<https://cnm.org.br/comunicacao/noticias/seis-em-cada-dez-municipios-enfrentam-falta-de-vacinas-revela-pesquisa-da-cnm-com-mais-de-2-4-mil-gestores>> Acesso em 19.09.2024.

- Segundo dados apurados pela CNM em seu estudo técnico intitulado Falta vacinas para proteger as crianças brasileiras, o relato de desabastecimento de vacinas em setembro teve maior proporção no estado de Santa Catarina, com 83,7% dos entrevistados reportando alguma falta de imunizante. Em seguida estão Pernambuco, com 80,6%, e Paraná e Ceará, com 78,7%.



6 AGRO

Governo Lula Favorece Expansão de Terras Para Militantes Enquanto Assentados Permanecem Abandonados

O [Relatório de Avaliação da CGU sobre o Incra](#) expôs a alarmante situação da política de reforma agrária no Brasil. Dos 9.501 assentamentos criados desde 1975, apenas 6% foram consolidados, deixando mais de 907 mil famílias em situação de vulnerabilidade, sem acesso a serviços básicos.

- Uma auditoria realizada pela [Controladoria-Geral da União \(CGU\)](#), expôs um cenário de completo abandono e desorganização na política de reforma agrária do Brasil.



- O relatório revela que, dos 9.501 assentamentos criados desde 1975, apenas 6% foram consolidados. Ou seja, 8.910 ainda não foram consolidados, impactando diretamente mais de 907 mil famílias que vivem em condições precárias, sem acesso adequado a serviços básicos como água, energia, saneamento e infraestrutura.

Qual o conceito de “consolidação” de assentamentos?

- Segundo o [Estatuto da Terra \(Lei nº 4.504/1964\)](#), a reforma agrária engloba em seu conceito o conjunto de medidas que visam a promover uma melhor distribuição de terras, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade:

Implantação de Assentamentos

- Obtenção do Imóvel Rural
- Seleção de Famílias
- Criação do Assentamento



Desenvolvimento de Assentamentos

- Emissão do Contrato de Concessões de Uso (CCU)
- Créditos do PNRA
- Infraestrutura
- Assistência Técnica



Consolidação de Assentamentos

- Georreferenciamento
- Domínio
- Titulação Definitiva
- Inserção das Famílias nas Políticas de Agricultura Familiar



Política Nacional de Reforma Agrária

- Logo, a consolidação de assentamentos refere-se ao processo de implementação de condições adequadas para garantir que os projetos de assentamento da reforma agrária atinjam o objetivo de proporcionar uma vida sustentável e autossuficiente às famílias assentadas.

- De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a consolidação envolve uma série de ações e investimentos, como:
 - Implantação de obras de infraestrutura (como estradas, fornecimento de água e energia elétrica);
 - Demarcação topográfica dos lotes;
 - Supervisão e acompanhamento das famílias assentadas;
 - Concessão de créditos de instalação para ajudar na fixação das famílias e viabilizar a produção agrícola;
 - Gestão ambiental dos projetos de assentamento;
 - Titulação definitiva dos lotes, garantindo segurança jurídica às famílias;
- O objetivo final desse processo é alcançar a autossuficiência produtiva das famílias e garantir condições adequadas de qualidade de vida, de modo que os assentamentos possam se sustentar de forma independente, sem a necessidade de contínuo apoio governamental. Este é um dos principais marcos da reforma agrária, pois representa a fixação das famílias na terra com acesso pleno aos recursos necessários para sua subsistência e desenvolvimento.

Alguns resultados do Relatório CGU

- A avaliação do processo de consolidação constatou que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) **não publicou nenhum ato de consolidação dos assentamentos sob sua jurisdição nos últimos anos**. Este dado revela o profundo descompasso entre a missão do órgão e a realidade enfrentada pelos assentados. A ausência de infraestrutura adequada, de titulação definitiva e de apoio à produção agrícola são apenas alguns dos reflexos de uma política pública que, na prática, está estagnada.
- O relatório destaca a **falta de governança informacional do Incra, cujas bases de dados sobre os assentamentos são incompletas, desatualizadas e imprecisas**. Isso prejudica severamente a tomada de decisões e o planejamento de investimentos essenciais. Apenas três das onze superintendências regionais do Incra possuem informações minimamente confiáveis sobre os assentamentos sob sua jurisdição, e, mesmo assim, enfrentam dificuldades na articulação entre dados e ações concretas.

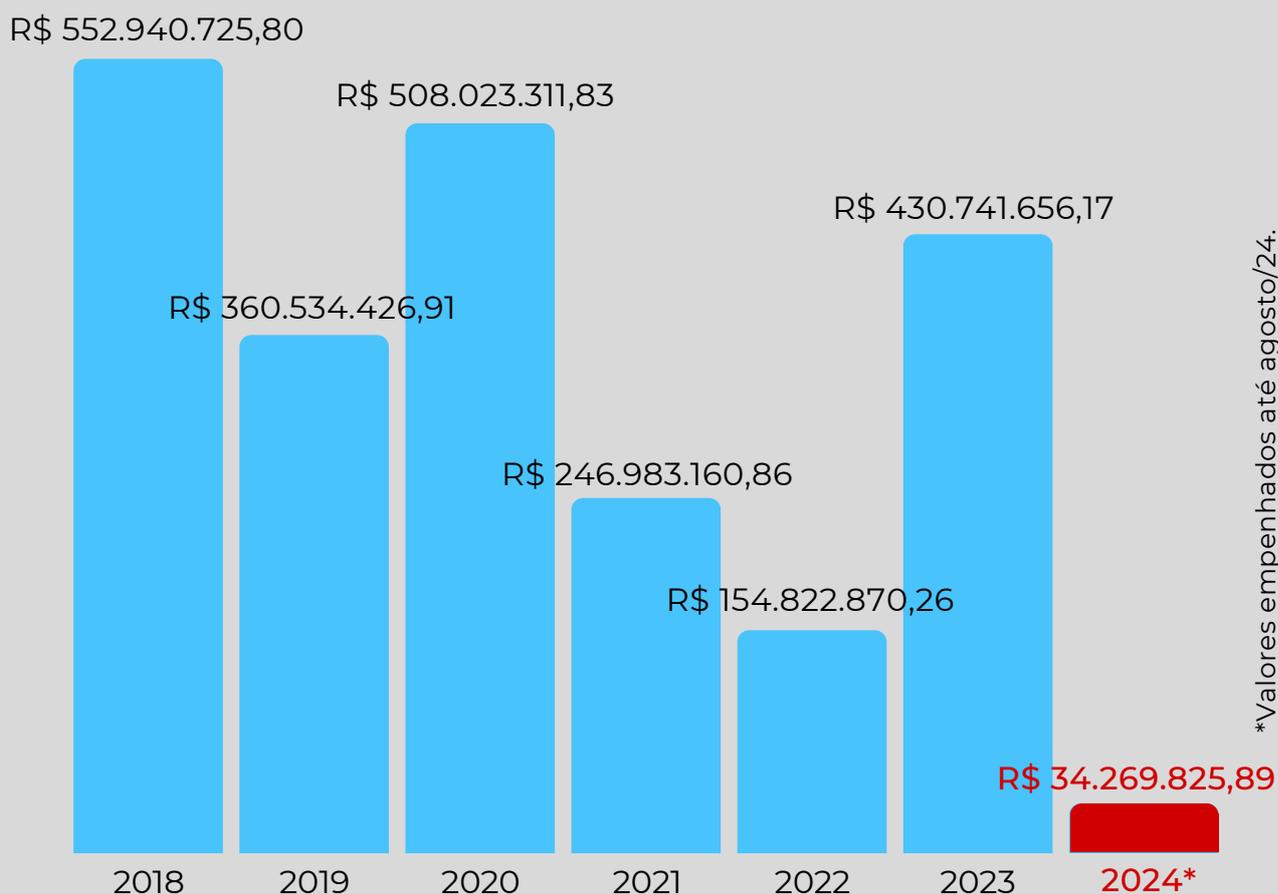
- Em entrevistas com 518 famílias assentadas, realizadas em nove estados brasileiros, a maioria relatou que vive em assentamentos há mais de 10 anos sem qualquer perspectiva de melhorias. Apenas 27% dessas famílias afirmaram que os rendimentos gerados pela produção agrícola são suficientes para sua subsistência. A falta de máquinas, insumos, assistência técnica, além das condições precárias das estradas, impossibilita o escoamento da produção e condena as famílias à dependência de programas sociais como sua principal fonte de renda.
- Outro ponto crítico é a lentidão no processo de titulação definitiva dos lotes. Mesmo com os assentamentos em funcionamento por décadas, o Incra não consegue entregar os títulos de propriedade às famílias, gerando insegurança jurídica e incertezas quanto ao futuro dessas comunidades. A CGU constatou que, em muitos casos, o processo de titulação não chega nem a ser iniciado, e quando ocorre, o ritmo é extremamente lento.
- A precariedade dos serviços essenciais também é uma constante. Em estados como Bahia, Distrito Federal e Santa Catarina, as famílias reclamaram da escassez de água potável e da baixa qualidade da energia elétrica, que sofre interrupções frequentes. A coleta de lixo é praticamente inexistente, forçando os assentados a queimar seus resíduos. Já no Maranhão e no Acre, o saneamento básico é um problema crítico, com muitas famílias sem acesso a fossas sépticas e expostas a condições insalubres.
- A falta de planejamento e a ausência de instrumentos de supervisão e monitoramento agravam ainda mais a situação. O Incra, segundo a CGU, não possui metas ou indicadores claros de desempenho, e suas diretrizes para a execução de obras de infraestrutura e concessão de crédito de instalação são praticamente inexistentes. O relatório também aponta que as visitas de supervisão aos assentamentos são esporádicas e ineficazes, incapazes de levantar as reais necessidades das comunidades.



A Reforma Agrária não é prioridade para o Governo Lula!

- O relatório da CGU revela que o orçamento empenhado para a consolidação de assentamentos em 2024 é significativamente baixo em comparação com as necessidades reais das famílias assentadas.
- De acordo com os dados orçamentários analisados pelo relatório, a dotação total para consolidação de assentamentos no ano de 2024 foi de R\$ 97.912.290,00, mas apenas R\$ 34.269.825,89 foram efetivamente empenhados até agosto. Esse valor representa um percentual reduzido frente às necessidades de infraestrutura, assistência técnica, capacitação, construção de moradias, agroindustrialização, e titulação de terras, entre outros elementos essenciais para a consolidação dos assentamentos.

Gráfico. Total de valores empenhados por programas relacionados ao processo de consolidação:



Fonte: Elaborado por Observatório da Oposição, com dados da CGU.

- Em outras palavras, se existem R\$ 34,3 milhões disponíveis e 907 mil famílias de assentados não consolidadas, isto significa que o governo empenhou irrisórios R\$ 37,80 por família para desenvolver as medidas de consolidação dos assentamentos em 2024.

- O valor é menos de 8% do orçamento empenhado no ano anterior e cerca de 22% do pior ano orçamentário para esta ação no governo Bolsonaro.

O Incra não tem noção de quanto custa para consolidar um assentamento

- Talvez o ponto mais preocupante trazido pela CGU trata do Incra não possuir estimativas de custo médio para a estruturação e consolidação dos Projetos de Assentamento. Isto fatalmente impossibilita a avaliação da necessidade dos recursos alocados.
- Essa lacuna de planejamento e a insuficiência do orçamento disponível indicam uma clara subestimação das demandas financeiras para a consolidação, prejudicando diretamente o avanço dessa política pública essencial para o desenvolvimento social e econômico das famílias assentadas.
- Portanto, a análise orçamentária demonstra uma grave ineficiência na alocação de recursos e falta de prioridade do governo em consolidar os assentamentos, perpetuando a precariedade dessas comunidades e comprometendo a eficácia da reforma agrária no Brasil.

Conclusão: Mais terra para o MST

- Este cenário de abandono e negligência por parte do governo revela a falência na implementação da reforma agrária, que, ao invés de garantir uma vida digna e produtiva às famílias assentadas, as mantém em um ciclo de precariedade e insegurança.
- O lançamento do programa "[Terra da Gente](#)" em abril deste ano pelo governo Lula, através do [Decreto N° 11.995, de 15 de abril de 2024](#), em um contexto de aumento exponencial nas invasões de terras pelo MST, revelou o modelo político do governo Lula, que favorece a distribuição de terras para novos grupos ligados a movimentos sociais, enquanto ignora os graves problemas enfrentados pelos assentamentos já existentes. Ao invés de focar na consolidação desses assentamentos, com melhorias em infraestrutura, titulação e suporte à produção, o governo aparenta estar mais preocupado em expandir suas bases políticas, atendendo a pressões militantes.

- Essa abordagem reafirma a falta de compromisso com a reforma agrária em seu sentido mais profundo. O foco na criação de novos assentamentos sem resolver os problemas dos já existentes revela uma estratégia populista, refletindo um governo que apenas atende aos interesses de seus aliados, enquanto negligencia as verdadeiras necessidades do desenvolvimento rural sustentável.
- O relatório da CGU não só expõe os problemas, como também evidencia a urgência de uma reformulação profunda na política de reforma agrária, sob o risco de perpetuar o abandono de milhares de brasileiros que dependem desses assentamentos para sobreviver.





MEIO AMBIENTE

AGU Propõe Reparação Quase Bilionária a Desmatadores no Pará, Mas Custo Social dos Danos Climáticos Continua Nebuloso e Sem Amparo Jurídico

AGU pede à Justiça reparação de R\$ 635 milhões por danos climáticos causados por criação de gado na Amazônia. Pode até parecer uma resposta firme do Estado Brasileiro, mas não passa de ação mais simbólica do que efetiva, uma vez que depende da interpretação extensiva de leis que não foram criadas.

- A recente [iniciativa](#) da Advocacia-Geral da União (AGU), em conjunto com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), de acionar judicialmente grileiros responsáveis por desmatamento e criação de gado na Amazônia, requerendo R\$ 635 milhões em reparação por danos climáticos, pode até parecer uma resposta firme do Estado brasileiro diante dos crimes ambientais que assolam a Amazônia. No entanto, ao analisar o fundamento da ação, surgem questionamentos cruciais sobre a viabilidade jurídica da proposta, especialmente quanto à dificuldade de aferição do custo social dos danos climáticos e a ausência de amparo legal específico no ordenamento jurídico brasileiro para sustentar tais alegações.



A nebulosidade legal dos danos climáticos

- Embora seja inegável que as atividades de desmatamento ilegal e criação de gado na Amazônia resultam em nocivos impactos ambientais, a quantificação precisa desses danos em termos climáticos e sociais permanece um grande desafio. O montante quase bilionário proposto pela AGU levanta a pergunta: **como se calcula o impacto exato de um crime ambiental sobre o clima e a sociedade?** O cálculo de um suposto "custo social" associado à emissão de gases de efeito estufa e à destruição da biodiversidade carece de critérios objetivos e transparentes.
- Ainda que existam os danos climáticos, a dificuldade reside em traduzi-los em valores monetários concretos, considerando que variáveis como a alteração no ciclo hidrológico, a perda de biodiversidade e a contribuição para o aquecimento global envolvem interações complexas e de longo prazo. A **falta de clareza metodológica** na quantificação dos danos climáticos coloca a ação da AGU em uma zona de incerteza, o que pode comprometer ainda mais a segurança jurídica do país, tendo em vista que todas as atividades econômicas geram impacto ambiental de maior ou menor grau.

Falta de amparo legal no Brasil para danos climáticos

- Outro ponto de crítica reside na **ausência de um arcabouço legal específico** que trate diretamente dos **danos climáticos** no Brasil. Embora a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998) seja amplamente utilizada em ações civis públicas contra crimes ambientais, ela trata apenas de **danos materiais** ao meio ambiente, como a destruição de áreas florestais, a poluição e a degradação de recursos naturais. **Não há, no ordenamento jurídico brasileiro, normas específicas que tratem de "danos climáticos" de forma detalhada e direta**, como a compensação financeira pelo impacto climático ou pelo "custo social" de emissões de gases de efeito estufa.
- Essa lacuna jurídica inviabiliza ações como a proposta pela AGU. **Sem uma legislação clara e específica sobre danos climáticos**, os tribunais podem enfrentar dificuldades em fundamentar decisões de reparação baseadas em danos que, juridicamente, ainda não são reconhecidos como passíveis de indenização com o mesmo rigor dos danos materiais ao meio ambiente. A quantificação do impacto social decorrente das mudanças climáticas, por exemplo, continua sendo um conceito abstrato, que não encontra respaldo direto na legislação atual exatamente pela sua complexidade.

- A legislação ambiental brasileira, como a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998), foca em **danos materiais**, o que não é uma limitação acidental, mas um reflexo da **dificuldade de mensurar danos climáticos** de forma objetiva e precisa. Essa delimitação protege contra a imposição de cobranças abusivas ou desproporcionais, já que a quantificação dos danos ao meio ambiente físico pode ser feita com base em critérios técnicos estabelecidos, como perda de áreas de vegetação, contaminação de recursos hídricos ou destruição da fauna e flora. A falta de parâmetros claros para medir impactos climáticos cria um terreno fértil para arbitrariedades, onde estimativas abstratas podem se transformar em valores exorbitantes sem amparo técnico ou legal robusto. Assim, a legislação atual busca preservar o equilíbrio entre a responsabilização justa e a segurança jurídica, evitando a criação de precedentes que possam ser explorados de forma inadequada.
- Nesse contexto, o **consequencialismo jurídico** assume um papel crucial em decisões desse tipo. O risco de estabelecer valores imprecisos ou criar um precedente sem base legal clara pode gerar insegurança jurídica, minar a confiança no sistema de justiça e até inibir investimentos em práticas sustentáveis, temendo repercussões financeiras excessivas. O **consequencialismo jurídico** propõe que as decisões devem ser tomadas com base no impacto que elas terão, assegurando que o peso das sanções seja proporcional ao dano comprovado, de modo a garantir a eficácia e a justiça da medida aplicada.

Eficácia questionável das reparações

- Além da falta de amparo legal para danos climáticos, a execução prática dessas ações também se coloca como um obstáculo. **Historicamente, a cobrança de multas ambientais no Brasil enfrenta uma série de dificuldades.** Mesmo que os réus sejam condenados a pagar o montante quase bilionário proposto, o histórico de baixa execução de multas ambientais levanta dúvidas sobre o real impacto financeiro e reparatório dessas decisões.

- É importante destacar que o foco em grandes reparações financeiras muitas vezes mascara a falha estrutural nas políticas de prevenção. A atuação da AGU, ao priorizar a cobrança após a ocorrência dos danos, evidencia a ausência de um sistema preventivo eficaz. A Amazônia continua vulnerável ao desmatamento desenfreado, e a fiscalização insuficiente agrava o problema. Ao invés de ações punitivas isoladas, o combate aos crimes ambientais deveria começar com o fortalecimento das instituições de fiscalização e com políticas públicas que previnam o desmatamento e promovam práticas sustentáveis.

Casos de dano moral coletivo ao meio ambiente

- Ao comparar o caso com os desastres de Mariana (2015) e Brumadinho (2019), fica evidente a diferença na capacidade de mensurar o custo social dos danos. Nos casos de Mariana e Brumadinho, o impacto social pôde ser identificado e quantificado: vidas foram perdidas, milhares de empregos destruídos, e as economias locais foram literalmente soterradas sob a lama, criando um cenário onde as consequências eram mais palpáveis e diretas. O sofrimento das comunidades e o colapso econômico foram imediatos e inegáveis, possibilitando a avaliação do custo social e das indenizações.
- Já no caso dos grileiros do Pará, o desafio é muito maior. Os danos ambientais causados pelo desmatamento, emissão de gases de efeito estufa (GEE) e contaminação por herbicidas, embora reais, são difíceis de mensurar de forma concreta e imediata. **A degradação ambiental e as mudanças climáticas têm impactos difusos e de longo prazo**, cujas consequências indiretas e globalizadas tornam a quantificação do "custo social" muito mais incerta e abstrata, o que fragiliza a base jurídica para uma reparação exata como a proposta pela AGU.



Rompimento de Brumadinho (2019).